ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCESSO SELETIVO PARA O QUADRO DE RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RESIDÊNCIA – DIREITO

EDITAL Nº 01/2024 – ESTRELA

A PROMOTORA DE JUSTIÇA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE ESTRELA, responsável pelo processo seletivo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Provimento nº 66/2011-PGJ-RS, e com base no Provimento nº 18/2023-PGJ-RS, **RESOLVE**:

TORNAR PÚBLICO que estarão abertas as inscrições para o processo seletivo de residentes graduados em Direito para atuarem junto a **Promotoria de Justiça Especializada de Estrela**.

1. DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PREVISTO

Cronograma de Atividades	Datas Previstas
Período de Inscrições	**31/01/2024 a 01/03/2024**
Publicação da homologação das inscrições e divulgação do local de realização das provas.	**05/03/2024**
Aplicação das provas e entrevistas	**08/03/2024**
Publicação do resultado e da classificação final	**11/03/2024**

1.1 Todas as instruções e avisos relativos ao presente processo seletivo serão divulgados por meio de Edital afixado no átrio da sede das Promotorias de Justiça de Estrela, localizada na Rua Coronel Müssnich, 487, Centro, Estrela-RS, pelos e-mails que forem informados pelos candidatos nos formulários de inscrição, bem como no sítio do Ministério Público na internet (www.mprs.mp.br/estagios)

1.2 As datas constantes no cronograma de atividades poderão ser modificadas mediante prévio aviso, por meio de Edital, disponibilizado no endereço mencionado no item anterior.

2.1 Para participar do certame, o interessado deverá:

2.1.1 Estar devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas — CPF;

2.1.2 Ser graduado em Direito;

2.1.3 Ter concluído o curso de Graduação há, no máximo, 5 (cinco) anos, contados da data de colação de grau até a data da publicação do presente Edital OU, na hipótese de ter concluído a graduação há mais de 5 (cinco) anos, estar regularmente matriculado em curso de pós-graduação reconhecido pelo Ministério da Educação, em nível de especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado, a ser comprovado no ato da contratação. graduação reconhecido

pelo Ministério da Educação, em nível de especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado, a ser comprovado no ato da contratação.

2.1.4 Não ser servidor ou empregado público, ativo ou inativo, conforme disposição constante no inciso V do art. 14 do Provimento nº 18/2023-PGJ-RS.

3. DAS VAGAS

3.1 Este Processo Seletivo destina—se ao preenchimento de 01 (UMA) vaga para o turno da manhã ou tarde junto à Promotoria de Justiça Especializada de Estrela, dependendo do horário de funcionamento da Promotoria de Justiça, bem como à formação de cadastro de reserva para vagas que venham a surgir na vigência deste Processo Seletivo.

3.2 A carga horária da residência é de 30 (trinta) horas semanais a ser cumprida conforme horário de funcionamento da Promotoria de Justiça, **preferencialmente de forma presencial**.

3.3 O valor a ser pago a título de bolsa-auxílio, por hora efetivamente comprovada, e de R$ 9,62 (nove reais e sessenta e dois centavos), acrescido de auxílio-alimentação, à razão de R$11,00 (onze reais) e auxílio-transporte, à razão de R$9,60 (nove reais e sessenta centavos), ambos por dia de efetivo exercício, a serem pagos juntamente com a bolsa-auxílio do período, totalizando com valor médio por 21 dias úteis (TCE de 30 horas), R$1.644,72.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1 As inscrições ao processo seletivo estarão abertas no período de **31/01/2024 a 01/03/2024**, e serão realizadas, preferencialmente, via e—mail (**pjestrela©mprs.mp.br**).

4.2 A inscrição será formalizada mediante o encaminhamento via e-mail de:

4.2.1 Formulário Padrão de Inscrição — RESIDÊNCIA, a ser obtido no sítio do Ministério Público na internet (www.mgrs.mp.br/estagios) ou mediante solicitação do postulante via e—mail (**pjestrela©mprs.mp.br**);

4.2.2 Cópia do documento oficial de identidade com foto.

4.2.3 Curriculum Vitae (preferencialmente Lattes).

4.2.4 Cópia do histórico escolar da graduação ou pós-graduação.

4.3 No ato da inscrição o candidato deverá indicar o turno no qual pretende realizar a residência.

4.4 Serão aceitas inscrições por procuração, sem a necessidade de reconhecimento de firma. assumindo o candidato total responsabilidade pelas informações prestadas pelo seu procurador.

4.5 O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização da prova deverá declara-lo no Formulário Padrão de Inscrição, no espaço reservado para esse fim, para que sejam tomadas as providências necessárias com antecedência.

4.6 É de responsabilidade do candidato manter seu endereço eletrônico (e-mail) e telefones atualizados para viabilizar os contatos necessários.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

4.7 A inscrição implicará conhecimento das normas regentes do presente certame e aceitação das regras e condições de sua realização.

5. DAS PROVAS

5.1 O processo seletivo será realizado na data constante no Cronograma de Atividades e será aplicado a todos os candidatos que tenham suas inscrições homologadas.

5.2 O processo seletivo será composto de prova escrita com 2 questões dissertativas, de no máximo 20 linhas cada, no valor de 70 (setenta) pontos, abordando dois dos seguintes temas: Constituição Federal de 1988 (art. 225 e seguintes); responsabilidade civil e criminal ambiental; Inquérito Civil; Lei da Ação Civil Pública; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Estatuto da Pessoa Idosa; e de entrevista pessoal, no valor de 30 (trinta) pontos.

5.3 As provas serão realizadas **no dia 08/03/2024**, preferencialmente na Promotoria de Justiça de Estrela, **ou, em casos específicos, enviar e-mail justificando a impossibilidade de comparecimento presencial para a realização da prova**, conforme Cronograma de Atividades. O horário d prova será divulgado, posteriormente, junto com o Edital de Homologação das inscrições.

5.4 O tempo de realização da prova será de até 2h e o candidato deverá apresentar-se portando comprovante de inscrição, documento oficial de identidade com foto e caneta esferográfica de tinta azul.

5.5 Durante a realização da prova não será permitida consulta a obras de qualquer espécie.

6. DO PROGRAMA

6.1 Constituição Federal de 1988 (art. 225 e seguintes); Responsabilidade Civil e Criminal ambiental; Inquérito Civil; Lei nº 7.347/85 (LACP); Lei nº 8.069/90 (ECA) e Lei nº 10.741/03 (Estatuto da Pessoa Idosa).

7. DA CLASSIFICAÇÃO E DO RESULTADO

7.1 Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem aproveitamento igual ou superior a 70% (setenta por cento) do total de pontos.

7.2 A classificação será efetuada por ordem decrescente do total de pontos obtidos pelos candidatos, com indicação do turno optado.

7.3 Em caso de empate na classificação, terá preferência o candidato de maior idade, considerando-se dia, mês e ano de nascimento.

7.4 O resultado final do processo seletivo será divulgado no local indicado no item 1.1 na data prevista no Cronograma de Atividades.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

8. DA CONVOCAÇÃO

8.1 A convocação será realizada por meio do e—mail informado pelo candidato no momento da inscrição, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação e o turno indicado pelo candidato no ato da inscrição.

8.2 O candidato convocado deverá comparecer no local informado no ato de convocação nos 5 (cinco) dias subsequentes à data de encaminhamento do e-mail de convocação mencionado no item anterior, para manifestar seu interesse pela vaga. Será considerado desistente do processo seletivo o candidato que não manifestar interesse pela vaga oferecida dentro do prazo estabelecido ou que venha a recusar a vaga.

8.3 No caso do candidato convocado não atender ao disposto no item anterior ou, se atender, recusar a vaga, será providenciada a convocação do próximo candidato da lista de classificação.

8.4 É responsabilidade do candidato comunicar, por meio escrito, a alteração do endereço eletrônico (e-mail) sob pena de desclassificação do processo seletivo decorrente do não atendimento à convocação formulada por meio do citado endereço eletrônico.

9. DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

9.1 Para investidura no Programa de Residência do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, o candidato deverá:

9.1.1 Ser graduado na área prevista no Edital de seleção;

9.1.2 Estar regulamenta matriculado em curso de pós-graduação, na hipótese do residente ter concluído a graduação há mais de 5 (cinco) anos, contados da data de colação de grau até a data da publicação do presente Edital.

9.1.3 Apresentar certidão negativa criminal da Justiça Comum Estadual e Federal;

9.1.4 Comprovar, por meio de atestado médico. a aptidão para o desempenho da residência;

9.1.5 Não ter esgotado o tempo máximo de residência no âmbito do Ministério Público, no caso da readmissão de residente;

9.1.6 Não exercer atividades concomitantes em outro ramo do Ministério Público, assim como a advocacia. pública ou privada, ou o estágio nessas áreas. bem como desempenhar função ou estágio no Judiciário ou na Polícia Civil ou Federal;

9.1.7 Apresentar documento comprobatório do pedido de licenciamento junto à Ordem dos Advogados do Brasil, ou de pedido de certidão de inexistência de inscrição como advogado junto ao referido serviço público, para residentes bacharéis em Direito;

9.1.8 Não ser servidor ou empregado público, ativo ou inativo, conforme disposição constante no inciso V do art. 14 do Provimento nº 18/2023-PGJ-RS.

9.2 É vedada ao residente a realização de residência sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Ministério Público ou a servidor investido em cargo de assessoramento, chefia e direção que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau, inclusive.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1 A aprovação não gera direito à contratação do candidato, podendo ser realizada, ou não, conforme a necessidade, a conveniência e a oportunidade. a critério do responsável pelo processo seletivo, observada sempre a disponibilidade de vaga.

10.2 A contratação. sem vínculo empregatício, dar-se-á com a assinatura do Termo de Compromisso de Residência, firmado entre o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e o residente.

10.3 Documentos a serem apresentados para o ingresso no Programa de Residência do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul:

10.3.1 Formulário Cadastral, a ser fornecido pelo MPRS;

10.3.2 Exclusivamente no caso de ingresso de Residente graduado há mais de 5 (cinco) anos, contados da data de colação de grau até a data da publicação do presente Edital, atestado de matrícula, original e atualizado, fornecido pela instituição de ensino, informando o nome completo do curso de pós-graduação, a carga horária prevista e a data de início e término do curso;

10.3.3 Formulário de Declaração de Conta-Corrente no Banrisul. a ser fornecido pelo MPRS;

10.3.4 Certidão negativa criminal da Justiça Comum Estadual e Federal;

10.3.5 Fotocópia do documento oficial de identidade;

10.3.6 Comprovante da situação cadastral do CPF;

10.3.7 Atestado médico que comprove a aptidão para a realização da residência;

10.3.8 01 (uma) foto 3x4 recente (padrão documento);

10.3.9 Documento comprobatório do pedido de licenciamento junto à Ordem dos Advogados do Brasil. ou de pedido de certidão de inexistência de inscrição como advogado junto ao referido serviço público. para residentes bacharéis em Direito;

10.3.10 Cópia do diploma do curso superior;

10.3.11 Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no Provimento nº 18/2023-PGJ-RS.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

10.4 Os formulários citados no item 10.3 serão fornecidos pelo responsável pelo processo seletivo no momento da contratação.

10.5 A não apresentação de qualquer um dos documentos relacionados no item 10.3. a incompatibilidade destes com as informações prestadas no Formulário Padrão de Inscrição ou o não cumprimento dos requisitos previstos no item 9.1, levará a eliminação do candidato do processo seletivo.

10.6 Será considerado desistente o candidato convocado que não apresentar os documentos mencionados no item 10.3 no prazo de 15 (quinze) dias da manifestação do interesse pela vaga.

10.7 Transcorrido o prazo estabelecido no item anterior, será providenciada a convocação do próximo candidato da lista de classificação.

11. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

11.1 Este processo seletivo terá validade de 12 meses, a contar da data de divulgação do resultado final.

12. DAS DISPOSIÇÓES FINAIS

12.1 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todas as instruções, convocações e avisos relativos ao presente processo seletivo.

12.2 A aprovação e a classificação nesse processo seletivo geram para o candidato apenas expectativa de direito à contratação.

12.3 Os casos omissos serão dirimidos com a apresentação de requerimento escrito dirigido ao responsável pelo processo seletivo.

Estrela, 30 de janeiro de 2024.

ANDREA ALMEIDA BARROS,
Promotora de Justiça Especializada da Promotoria de Justiça de Estrela,
Responsável pelo Processo Seletivo.

PUBLICADO EM 31/01/2024.